



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

UNIVERSIDADE DE FRONTEIRA: UMA PERSPECTIVA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE, PARA ALÉM DOS MUROS DO TERRITÓRIO NACIONAL

Luciano do Nascimento Costa

Univeridade Federal da Bahia - UFBA

hefzibaufba@hotmail.com

Ednalva dos Santos Teles Santos

Univeridade Federal da Bahia - UFBA

ed_nalva.26@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar uma perspectiva do ensino superior brasileiro na contemporaneidade, para além dos muros do território nacional, por intermédio de fontes bibliográficas. Os resultados alcançados evidenciaram que o intercâmbio cultural não só capacita, mas também permite observando o mundo sob nova ótica, aprimora o currículo do indivíduo e facilita sua inserção no mercado de trabalho por meio da vivência deste em outra cultura. Dessa forma, foi possível concluir que em meio a democratização do ensino viabilizado pelo governo, o intercâmbio demonstra-se como uma importante ferramenta para manter o jovem competitivo no mercado de trabalho. O intercâmbio é praticado por pessoas das mais diversificadas idades, classes sociais, etc. Apesar de ser uma atividade ainda com custo um tanto elevado, a elaboração de diversos programas, sobretudo por parte de universidades, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, tem viabilizado essa realidade.

Palavras-chave: Universidade; Intercâmbio; Cultura.

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um elemento precioso para a vida individual, cultural e social do indivíduo, sendo ela vital para a o progresso do aluno na sociedade, pois, somente por meio da educação ele pode se tornar verdadeiramente cidadão. O papel fundamental da educação é desenvolver o conhecimento e o crescimento da aprendizagem, para obter um convívio melhor, e ser pessoas determinadas a seguir seu próprio percurso de vida.

Atualmente a migração de jovens universitários está em evidencia, principalmente após a ascensão do programa “Ciências sem Fronteiras” disponibilizado pelo governo. O intercâmbio é visto como uma ferramenta necessária, hoje, uma alternativa para a promoção da capacitação profissional, possibilitando ao seu praticante a desenvolver atributos avaliados como imprescindíveis para o profissional da chamada “Era do Conhecimento”.

Num mercado cada vez mais competitivo, as empresas procuram, cada vez mais, por colaboradores diferenciados, que não se detenham apenas a fazer o convencional, saibam trabalhar em grupo e lidar com as adversidades, e o intercâmbio surge justamente como um meio de agregar esses valores aos funcionários, fazendo-os ainda mais competitivos ao entrar nesse mercado. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi analisar uma perspectiva do ensino superior brasileiro na contemporaneidade, para além dos muros do território nacional, por intermédio de fontes bibliográficas.

Nesse contexto, justifica-se a realização deste trabalho, de modo a contribuir para o conhecimento da atividade, prover esclarecimentos a indagações de ordem pessoal e suprir a escassez de estudos no que tange ao Intercâmbio Cultural. O intercâmbio exercido de forma apropriada faz com que o estudante desenvolva uma consciência global que será de suma importância no seu processo de formação como cidadão íntegro e profissional capacitado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para início desse trabalho, deve-se ressaltar uma frase pregada por Paulo Freire, o qual forneceu base a esse estudo: “A verdadeira educação é a prática da liberdade”.

No art. 6 da Constituição Federal de 1988, aparece a Educação como direito social, a educação é parte indispensável para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas (AMÂNCIO FILHO E ALMEIDA, 1995). Conforme o entendimento de Mello (1991) “a nível internacional tem-se que a educação passe a ocupar definitivamente, junto com a política de ciência e tecnologia lugar central na pauta de macro-políticas do Estado”, como “fator para qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento”, de forma que “a aquisição de conhecimentos e formação de habilidades cognitivas constitui elementos básicos” para que “as pessoas consigam conviver em ambientes saturados de informações e tenham capacidade para processá-las, selecionar o que é realmente relevante e continuar aprendendo”.

No glossário do Relatório de Monitoramento Educação Para Todos da UNESCO (2008) educação geral é definida como:

Programas elaborados principalmente para levar aos estudantes uma compreensão mais profunda de uma disciplina ou de um grupo de disciplinas, visando principalmente, mas não necessariamente, prepará-los para a educação futura, seja no mesmo nível, seja em um nível mais elevado. Esses programas são tipicamente baseados na escola e podem ou não conter elementos profissionalizantes. A conclusão desses programas não garante aos estudantes uma qualificação de relevância no mercado de trabalho.

É sabido que constantemente o processo educacional se torna alvo de discussões e debates que motivam sua evolução em diversos aspectos, em especial no que se diz respeito à condução de metodologias de ensino mais eficazes por meio dos educadores e a valorização da escola no contexto formados dos alunos. Nesses aspectos Gadotti (2000, p. 4) ressalta que:

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que

surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro.

No Brasil o método tradicional de ensino surge como uma linha de montagem, onde o aluno vai sendo “montado” e formado pelo professor, passando por diversas fases, que não agregam conhecimento real ao aluno. Superficialmente, através de trechos decorados, o aluno não é educado para pensar, questionar. Ele tem que se submeter ao que o educador diz que é certo, pois, ele é o dono absoluto da verdade. Esse tipo de pensamento, definido ainda na época da ditadura, perdura até os dias de hoje. A ditadura acabou, mas, velhos paradigmas continuam.

Respeitar os direitos humanos de cada pessoa é reconhecer que toda pessoa é única e que suas características não devem ser usadas pra discriminar. Pelo contrário, respeitar os direitos humanos é tomar consciência de que todos e todas nós somos diferentes, e isto é a grande riqueza da humanidade.

Conceber a educação como direito humano diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam dos outros seres vivos por uma característica inerente à sua espécie: a vocação de produzir conhecimento e, por meio dele, transformar a natureza, organizar-se socialmente e elaborar cultura.

A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, etc.

Segundo Pucci (2010, p.17) “a educação é a produção de uma consciência verdadeira” e “a educação traz dentro de si uma ambigüidade: ela é ao mesmo tempo adaptação e autonomia”. Ainda para o autor:

Enquanto um processo desenvolvido na difícil relação entre as pessoas na pesada influência das gerações mais velhas sobre as mais novas, com uma importância fundamental na continuidade da espécie humana pela transmissão dos valores culturais, a educação precisa integrar a criança, o jovem na realidade em que vive. A educação seria importante e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse as pessoas para se orientarem no mundo. Porém ela não pode ser apenas um processo de adaptação e seria igualmente questionável se fosse apenas isso, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas. (PUCCI, 2010, P.16-17).

Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para sobrevivência e bem-estar social. Ao mesmo tempo, as pessoas que passam por processos educativos, e em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política, etc.). A educação escolar é base constitutiva na formação das pessoas, assim como na defesa e na promoção de outros direitos.

Por isso, também é chamado de direito de síntese, porque possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exige-los como no de desfrutá-los – atualmente, uma pessoa que nunca frequentou a escola tem mais dificuldades em realizar o direito ao trabalho, por exemplo.

Nos últimos anos, tem ganhado força a proposta de tratar a educação como um direito humano, graças à qual é possível alterar as opções políticas dos Estados e

conceder um caráter prioritário ao desenvolvimento do direito à educação para todas as pessoas. O enfoque baseado em direitos humanos também ajuda a identificar a fonte e os responsáveis institucionais ou privados pelas violações, bem como a possibilidade de obter uma reparação quando o direito é violado.

O artigo 208 da Constituição tornou a educação Fundamental, independentemente de idade ou necessidade especial para a aprendizagem, direito das pessoas e dever do Estado. O governo tem o dever de proporcionar o acesso gratuito de todos e todas ao Ensino Fundamental, inclusive às pessoas que não puderam estudar quando crianças.

Exigir o respeito e a efetivação de direitos sociais na Justiça é algo novo (a Lei da ação civil pública, por exemplo, tem 20 anos), mas provocar o Poder Judiciário a refletir sobre essas questões é muito importante para a consolidação dos direitos sociais.

De acordo com Mosca (1992): "Se o direito à educação deve ser levado a sério, portanto, é necessário desenvolver estratégias de acompanhamento eficazes". A recopilação e a análise sistemática de dados apropriados acerca do desempenho educacional, relativo a cada componente do direito à educação, podem cumprir várias funções.

Permitem que os países que tenham ratificado instrumentos de direitos humanos relevantes avaliem sua própria implementação, identifiquem deficiências e formulem políticas educacionais que estejam mais de acordo com o direito à educação. O acompanhamento, com a divulgação apropriada das conclusões permite uma análise pública minuciosa do progresso e dos problemas. O acompanhamento eficaz por organizações não-governamentais e por organismos de supervisão internacional também é essencial para responsabilizar os Estados partes pelo cumprimento de tornar efetiva sua responsabilidade em caso da violação destes direitos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2000, afirma que os indicadores estatísticos são um poderoso instrumento para que o processo de monitoramento em direitos humanos seja eficaz, no sentido de: permitir diagnosticar situações, percebendo avanços, retrocessos e violações na concretização dos direitos; identificar responsáveis tanto pela promoção quanto por possíveis violações; e exigir o cumprimento das responsabilidades do Estado.

Freire (1995, p. 39) ressalta que: "É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo".

A atitude crítica corresponde situar cada texto ou evento em seu contexto biográfico, social e histórico, além de resgatar a liberdade como capacidade de moldarmos nossa vida e o sentido da sociedade. Todo conhecimento envolve também interesses que criam ideologias que são formas de justificação e também de encobrimento. Ser crítico é tirar a máscara dos interesses escusos e trazer à tona as conexões ocultas. Que interesses estão por detrás dos muitos saberes acadêmicos, especialmente os técnico-científicos? Que tecnologias são propiciadas e a quem servem? (BAYMA, 2005, p.9).

Segundo Haddad (2003, p. 3), não apenas a educação escolar, mas a educação em seu sentido total, que permeia a vida do ser humano desde o seu nascimento até a sua morte, é fundamental para a "realização desta vocação humana". Esses processos educativos ocorrem tanto no seio da família, quanto na comunidade em que se vive, no

seu ambiente de trabalho, na religião, nos círculos de amizade, enfim, na vida do ser humano, que vai além do banco escolar.

Admitindo-se a educação, genericamente, como processo formativo, é de grande importância conhecer quais os resultados que o cidadão (aquele que deve exercer os seus direitos fundamentais) tem direito a ver alcançados. Ademais, estabelecidas finalidades tais como as presentes nos dispositivos arrolados, permite-se conceber, como faz Tomasevski (2001), que dentro de uma perspectiva de direitos humanos a educação constitui um fim em si mesma, uma vez que voltada à satisfação humana, ou seja, ao desenvolvimento da própria pessoa (de sua personalidade, capacidade mental, consciência humanitária e ambiental etc.).

Ensinar exige risco, aceitação do novo, e rejeição a qualquer forma de discriminação: é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo, continua novo (DELORS, 1998).

Vivemos hoje sob o signo da mudança. Poucas vezes, na história, o homem presenciou mudanças tão profundas, rápidas e abrangentes, envolvendo as relações políticas, econômicas, sociais entre pessoas, países e instituições. Uma nova era civilizatória se configura, onde a educação, o conhecimento e a informação têm papel decisivo no processo de construção histórica, principalmente, da sociedade que surge. Está-se saindo de um mundo circunscrito a um espaço e, em função do desenvolvimento de novas tecnologias, entra-se num mundo sem fronteiras, desterritorializado. Segundo Moore (1996):

A viagem em busca do conhecimento não tem fim. Deter esta dinâmica incessante acomodar-se ao êxito circunstancial e burocratizar-se – eis os perigos que devemos evitar a cada instante. Por isso ele afirma que devemos nos dedicar à busca do mais certo, do melhor, do mais justo, e até do aparentemente impossível.

De acordo com Oreste Preti (2000, p. 78), as habilidades mais competitivas do futuro serão o aprender, ou aprender a aprender; e a educação, quer como formação, educação continuada, quer como qualificação, será a matéria prima estratégica para o desenvolvimento das regiões, estados, enfim, de todas as nações.

2.2 SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O surgimento do Ensino Superior no Brasil deu-se após três séculos do seu descobrimento. Uma das causas para a implantação da primeira faculdade brasileira foi para atender a necessidade dos jovens fidalgos que foram impedidos de cursar as universidades européias após o bloqueio continental da Europa. No ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. (FÁVERO, 2006, p.20)

Em função das necessidades sociais emergentes e do próprio desenvolvimento do país a década de 1990 foi caracterizada pela expansão do ensino superior, contudo é possível constatar também neste período o fato de que o poder público apresentava sérias dificuldades para suprir estas demandas, fato que motivou o crescimento das universidades particulares, evidente até os dias de hoje no país.

2.3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Não se fala de democratização do ensino superior, sem associa-la ao contexto capitalista do país. A concepção tão cara a Anísio Teixeira, segundo a qual a educação é um bem público e, portanto algo que deveria ser subvencionado pelo Estado, opõe-se tanto a tendência geral de mercantilização de pessoas e coisas (que é inerente ao capitalismo) quanto à privatização do público, os quais não são processos paralelos, mas mutuamente imbricados (OYAMA, 2006).

O ProUni (Programa Universidade para todos) anunciado pelo governo como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira, foi criado em 2004 e vem operando desde o início de 2005. Este programa concede bolsas integrais de 100% da mensalidade a estudantes com renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio (R\$ 622,50); e bolsas parciais de 50% da mensalidade a estudantes com renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (R\$ 1.245) (BRASIL, 2009). Desde quando lançado, este programa sofreu diversas alterações influenciadas pelas IES particulares e beneficentes. Inicialmente, previa bolsas de estudo integrais concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior e cuja renda familiar não exceda a um salário mínimo per capita, sendo destinadas apenas a concluintes do ensino médio em escolas públicas e à formação de professores da rede pública em cursos de licenciatura ou pedagogia. Além disso, o programa estabelecia, obrigatoriamente, que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas aos portadores de deficiência e aos negros e indígenas. Os critérios de seleção eram dois: a nota e o perfil socioeconômico do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com exceção para os professores da rede pública. Os ingressantes em nível superior através do Prouni seriam dispensados do processo seletivo específico das instituições privada. (CARVALHO, 2006). Quando o projeto de Lei chegou no Congresso as mantenedoras propuseram modificações no ProUni. No caso das instituições lucrativas e sem fins lucrativos e não-beneficentes, as regras são bem mais flexíveis e a adesão é voluntária. A barganha dá-se na concessão de bolsas integrais ou na redução, de forma significativa, das bolsas integrais tendo como parâmetro para a concessão de bolsas parciais (50% e 25%) a receita bruta. Um segundo ponto importante é a homogeneização proposta pelo programa na isenção de tributos (CARVALHO, 2006).

Apesar de ampliar o acesso ao ensino superior muitos estudos questionam a efetividade do programa enquanto instrumento de democratização, uma vez que o processo se dá principalmente pelo sistema privado, o que dificulta a permanência do aluno nesse nível de ensino e compromete a qualidade, especialmente em relação a pesquisa, provendo uma democratização “ as avessas” (CARVALHO, 2006).

2.4 OS TRÊS PILARES DO ENSINO SUPERIOR

Como afirma Morin (2009), a Universidade é uma instituição transecular e transnacional. Passados mais de 900 anos da fundação da Universidade de Bolonha, considerada a mais antiga de todas elas, pode-se afirmar que a universidade é a única instituição no âmbito planetário que conseguiu manter, ao longo dos séculos, o monopólio da educação em nível superior, legitimando seu papel de instituição irradiadora e produtora do conhecimento.

Pode-se dizer que a universidade é, dentro do universo que esta inserida em virtude das condições geográficas e do seu papel na história, uma instituição autônoma que transmite de modo crítico a cultura por meio da pesquisa e do ensino.

As universidades no Brasil, possuem basicamente três pilares distintos: ensino, pesquisa e extensão, o que desenvolve a maior parte da ciência que é conhecida atualmente. Pode-se afirmar então que além dos cursos de graduação e pós-graduação, essas instituições têm o objetivo de produzir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da sociedade em vários setores, e levá-los a público. Atualmente diversos programas do Governo apóiam o desenvolvimento de pesquisas científicas que tenham como finalidade a aproximação das descobertas acadêmicas e o público em geral.

Alguns programas como a “Iniciação Científica” aumentam o conhecimento do estudante, estimulando cada vez mais uma visão crítica. A aproximação do universo acadêmico com a pesquisa melhora as habilidades do aluno, revela informações inseridas na teoria que são mais evidentes durante o experimento. Como consequência desse processo, o estudante estará de certa forma mais preparado para se submeter aos estudos que vem após a graduação, ou seja: especializações, mestrados, doutorados e principalmente, a vida profissional.

2.5 A UNIVERSIDADE E O CONHECIMENTO

Desde o início dos tempos, é fato que o ser humano se encontra em um contínuo processo em busca de conhecimento que se estende durante toda a sua vida, desde o seu nascimento até o final da sua vida.

A construção desse conhecimento é cada vez mais complexa, em meio a um turbilhão de acontecimentos, a infância é a época das primeiras descobertas. Primeiro, quando uma criança nasce, por meio dos instintos básicos de sobrevivência tem que aprender a respirar, chorar quando sente fome, sorrir, engatinhar, andar. Enquanto cresce, surgem às primeiras palavras, frases, os movimentos mais coordenados.

Em idade escolar, inevitavelmente a cada novo aprendizado uma gama de informações são processadas e armazenadas no cérebro, aumentando a bagagem de conhecimento, preparando assim o pequeno ser humano para a idade adulta, para o que o espera no futuro, o prepara para a Universidade.

Segundo D’Ambrósio (1997, p.18) “todo conhecimento é resultado de um longo processo cumulativo de geração, de organização intelectual, de organização social e de difusão, naturalmente não-dicotômicos entre si”, deste modo conclui-se que esse processo está sujeito a condições do contexto natural, cultural e social do indivíduo.

Todas as transformações que ocorrem na sociedade, independentemente do nível, são refletidas diretamente na universidade, que como um centro de pesquisa é responsável por uma boa parte da pesquisa avançada em todos os âmbitos possíveis, e por transmitir esse conhecimento adquirido por meio da pesquisa. Também é responsável por educar o jovem para um mundo de incertezas e em constante mudança.

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, outubro 1998) diz que: “os sistemas de educação superior devem fortalecer sua capacidade de conviver com a incerteza, de mudar e provocar mudança.”

Nesse sentido, convivendo com pessoas cada vez mais individualistas e distantes também é necessário trabalhar o coletivo, educar o acadêmico para que possa tomar decisões, oferecer conhecimento para que ele tenha segurança para desenvolver seu exercício profissional plenamente.

Deste modo a universidade como difusora do conhecimento tem um papel extremamente importante na sociedade atual, visto que é necessário formar indivíduos dotados de opinião crítica, reflexivas e conscientes do ambiente em que vivem.

2.6 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Atualmente, tem-se o caráter reflexivo da função docente como algo muito novo. Porém, não existe nenhuma teoria da educação que não defenda expressamente a necessidade da reflexão na prática do professor. Para o educador não basta ser reflexivo, é preciso que ele dê sentido a reflexão, impregnado de sentido cada ato da vida cotidiana (SILVA, 2003, p. 79). Fala-se também muito de hoje de competências profissionais do professor e menos de saberes. É preciso reconhecer que o contexto atual coloca novos desafios para a escola, para o ensino, para o professor e para o aluno. Por isso, são de suma importância os saberes necessários à prática educativa.

Lima (2004, p. 33) afirma que, “As profissões que dependem inteiramente da tecnologia estão vendo suas competências se transformarem rapidamente”. O professor, para o exercício de suas funções, não dependem exclusivamente da tecnologia. Nem tudo muda para ele, mudando a tecnologia que utilizar. No novo contexto de impregnação da informação, ele precisa continuar sua formação ao longo de toda a vida e saber aprender, saber conviver e saber fazer.

2.7 CULTURA: UM FATOR EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

A palavra “cultura” entrou na língua inglesa a partir do latim *colere* que significava habitar, daí hoje, “colono” e “colônia”; *adorar* – hoje com sentido preservado em “culto”; e também cultivar – na acepção de cuidar, aplicado tanto na agricultura, como nos animais. “Cultura” e “civilização” são palavras a um só tempo descritivas e normativas: denotam o que é, mas, também o que deveria ser.

A idéia de cultura comum é apresentada como uma crítica e uma alternativa à cultura dividida e fragmentada em que vivemos. Trata-se de uma concepção baseada não só no princípio burguês de relações sociais radicadas na supremacia do indivíduo, mas no princípio alternativo da solidariedade que se identifica com a classe trabalhadora. Esse é o ponto de superação entre a cultura e a sociedade. Segundo Willians, definir cultura é pronunciar-se sobre o significado do modo de vida. E apesar das flutuações ao longo da história, a definição de cultura em seus diferentes momentos, denotava uma categoria inclusiva, em que as particularidades se dissolviam em um termo maior que abarcava valores e significados mais gerais.

A definição de Tylor parte da associação entre os termos Kultur (do germânico, cultura), inicialmente empregado para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade, e civilisation (do francês, civilização), este se referindo às realizações materiais de um povo. A partir dessa associação, surge o conceito de cultura, entendido pelo autor como Um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR apud CUCHI, 2002, p.35).

De acordo com Souza (2001, p. 149), “deve-se entender, em primeiro lugar, que as culturas não são compartimentos separados, mas sim, vasos comunicantes”. Tal posicionamento deixa claro que a identidade cultural, aquilo que caracteriza o indivíduo enquanto sujeito num dado espaço social, relacionando-a a referências que lhe foram atreladas ao longo do tempo, está sujeito a incontáveis modificações de conteúdo.

Ao tratar deste tema, Hall (2005) desenvolve uma argumentação centrada na idéia de que o sujeito pós-moderno possui uma identidade cultural fragmentada, onde as referências que já lhe haviam sido incorporadas ao longo de sua trajetória no meio social, chegam a entrar em choque com novas referências num dado momento, quando inúmeras elas surgem. Com isso, segundo o autor, o indivíduo corre o risco de perder a identidade que já tinha consolidada em sua formação, ao mesmo tempo em que as novas referências aparecem e perdem o encanto tão bruscamente que não são capazes de ser incorporadas profundamente a ponto de constituírem uma nova identidade.

2.8 A UNIVERSIDADE ALÉM DO TERRITÓRIO

De acordo com Sebben (2011), o que hoje se conhece como intercâmbio tem início antes do nascimento de Cristo, quando jovens partiam para a Grécia a fim de aprofundar seus estudos e, dessa forma, poder voltar para seus povos e ajudá-los. Ao longo do tempo, esse tipo de viagens aumenta, juntamente com o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, na era da Revolução Industrial. Segundo a autora, é possível distinguir três momentos históricos em relação aos intercâmbios: o primeiro com o objetivo e preocupação voltados exclusivamente à formação acadêmica; o segundo com objetivo ampliado da educação formal para um “international understanding”; e o terceiro, da atualidade, onde há uma volta à preocupação com a educação formal (SEBBEN, 2011).

Segundo Munt (*apud* GIARETTA, 2003), o intercâmbio é uma tendência que se consolida cada vez mais no âmbito do turismo pós-moderno, busca aperfeiçoar a índole daqueles que exercitam essa prática. Ainda conforme o autor, o turismo se expande pelos mais diversificados segmentos, não só como um fator de obtenção de *status*, mas também como condição de enriquecimento do *curriculum*, o que sem dúvida pode ser um diferencial na hora de ingressar no meio mercadológico.

Inseridos no contexto mundial atual, os intercâmbios, enquanto migrações, estão sob os efeitos do fenômeno da globalização. Martine (2005), a globalização, através de seu caráter multidimensional, produz, além do “crescente predomínio dos processos financeiros e econômicos globais sobre os nacionais e locais” (p.4), impactos políticos, culturais, sociais, ambientais e demográficos que, graças às facilidades atuais de transporte, comunicação e informação, se transformam rapidamente.

No decorrer do século XIX, devido ao advento da Revolução Industrial, que caracterizou um avanço nos meios de comunicação e transportes da época, o fluxo de jovens intercambistas passou a ser ainda mais assíduo. Esses jovens, ao regressarem à suas respectivas nações de origem, difundiam todo o conhecimento absorvido para os autóctones de sua região, desenvolvendo centros de estudos que posteriormente seriam um conceito primordial do que seriam as universidades existentes atualmente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO CULTURAL, 2008).

Para Reis (s.d), porém, apesar da característica temporária de sua migração, o estudante migrante não pode ser comparado a um turista ou a algum profissional que precise se deslocar pelo mundo em curtos espaços de tempo, já que, em sua experiência, será necessário criar novos laços, conviver com novos costumes e novas culturas.

De acordo com Stallivieri (2009), o efeito da globalização discutido outrora é a própria internacionalização das universidades, uma vez que as comunidades acadêmicas acabam inseridas em congressos, publicam trabalhos em revistas internacionais, e, é claro promovem programas de intercâmbio etc. Assim, a mobilidade acadêmica internacional, mesmo que presente ao longo da história, tem mostrado aumentos significativos na atualidade, sendo que a internacionalização impulsionou de forma

especial o intercâmbio dos estudantes de graduação. Para a autora, a maioria das instituições acadêmicas, porém, ainda não investe como deveria na preparação dos seus estudantes para a vivência do intercâmbio, sendo que o foco dos programas de mobilidade, a fim de tornar a experiência rica tanto para o estudante quanto para a instituição, deveria ser “A verificação do perfil do estudante e do nível de proficiência em línguas estrangeiras; a identificação dos objetivos pelos quais ele pretende se deslocar para outro país; a qualidade e a quantidade de informações disponíveis e, especialmente, a preparação desses estudantes para a convivência com uma cultura estrangeira.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se como metodologia o estudo bibliográfico. Quanto à abordagem, optou-se por uma análise teórica, ancorada nos seguintes procedimentos: Pesquisa Bibliográfica a partir da revisão de literatura sob a temática abrangendo enciclopédias, coleções, livros, artigos, revistas e jornais on-line, retirados de bibliotecas digitais de instituições como: USP E PUC, enquanto a pesquisa documental valeu-se de informações colhidas de trabalhos públicos e privados.

As publicações encontradas serão organizadas como pesquisa e de revisão e, posteriormente, categorizadas. A revisão bibliográfica será feita mediante análise acurada da literatura aplicada, extraindo-se os pontos relevantes ao tema explicitado, com o fim de justificar as ações apresentadas.

Apesar da existência de outras pesquisas envolvendo o tema, há ainda, fatos a serem destacados na problemática deste estudo. Dessa forma espera-se que este trabalho possa contribuir para o preenchimento dessa lacuna, servindo de base para outros pesquisadores que se interessem pelo assunto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o advento tecnológico e as constantes alterações na economia, a acessibilidade às viagens se tornou mais viável valorizando a cultura, as artes, as práticas vinculadas ao lazer e as interações internacionais. (TRIGO, 2003)

Atualmente, a formação em nível de graduação ou de pós-graduação, com complementação no Exterior, passou a ser muito valorizada em função do novo perfil profissional que está sendo solicitado pelo mercado. Esse profissional, para tornar-se competitivo e buscar melhores colocações no mercado de trabalho, precisa qualificar seu currículo e, além de desenvolver as competências específicas de sua área de conhecimento, necessita apresentar também: excelente domínio de línguas estrangeiras, fácil adaptabilidade em outros países, boa convivência com estrangeiros, bem como ter o entendimento e a aceitação de outras formas de cultura, desenvolvendo, dessa forma, sua inteligência cultural (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO CULTURAL, 2008).

Essa vivência em diferentes culturas vem ganhando cada vez mais respaldo e sendo crucial no momento em que uma empresa busca profissionais qualificados para contratação. A economia globalizada desfaz cada vez mais as fronteiras presentes no meio comercial, a necessidade de interatuar com profissionais das mais diversas áreas acadêmicas e segmentos mercadológicos e, sobretudo, de nacionalidades, distintas é um

fator preponderante e uma realidade indiscutível (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO CULTURAL, 2008).

Segundo dados diagnosticados por um estudo da Brazilian Educational & Language Travel Association (2011), o mercado globalizado do âmbito de Estudos e Intercâmbio tem como destinos mais procurados as regiões da Europa, abrangendo 47% do mercado, enquanto a América do Norte representa 35% e a América Latina possui uma média de 5% do total.

A concepção do intercâmbio estudantil é utilizada para detalhar a vivência de um indivíduo que vai estudar por um determinado período numa outra nação. O objetivo fundamental da viagem é aperfeiçoar conhecimentos e interagir com pessoas de outras nacionalidades, conhecendo novos idiomas e tomando ciência novas culturas. Essa prática representa uma tendência global, que se expande gradualmente com o passar do tempo e propicia o progresso do mercado da educação internacional que, portanto, cria novas chances para se vencer os assíduos obstáculos (BINSARDI; EKWULUGO, 2003).

O Intercâmbio Cultural abrange uma gama de características mais complexas que ultrapassam as esferas mercadológicas e de aprendizagem nas quais o intercâmbio está intimamente ligado. Conhecer os costumes, as diferentes tradições, o idioma do país receptor, além de um dos fatores mais interessantes que é o de se hospedar na casa de uma família autóctone o que intensifica o êxito em tomar conhecimento das atividades supracitadas. Comumente o estudante desconhece a família que o receberá e também não tem fluência no idioma falado por seus anfitriões (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO CULTURAL, 2008).

5. CONCLUSÃO

Nos últimos anos, podemos observar que o processo de democratização do ensino, apesar de lento, vinha colhendo bons frutos, porém, ainda é cedo para avaliar as recentes medidas do governo no processo de democratização. Os programas oferecidos pelo governo, no que diz respeito ao apoio a permanência do aluno matriculado no ensino superior, também vem aumentando, no entanto, a discussão acerca a qualidade do ensino oferecido a esses alunos vem de acirrando.

Nesse sentido, verifica-se que para garantir uma verdadeira democratização do ensino, com qualidade e oferecendo acima de tudo, o direito a ter uma educação digna ao aluno, ainda tem muito que evoluir, mudanças precisam ser feitas, e o governo em parceria com os órgãos de avaliação precisam agir em conjunto, elaborando parâmetros básicos de qualidade, para que essa democratização do ensino seja plena e verdadeira.

Dessa forma, foi possível concluir que em meio a democratização do ensino viabilizado pelo governo, o intercambio demonstra-se como uma importante ferramenta para manter o jovem competitivo no mercado de trabalho. O intercâmbio é praticado por pessoas das mais diversificadas idades, classes sociais, etc. Apesar de ser uma atividade ainda com custo um tanto elevado, a elaboração de diversos programas, sobretudo por parte de universidades, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, tem viabilizado essa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO FILHO, Antenor. ALMEIDA, José Luiz Telles. ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SAÚDE. Ensino Profissionalizante em Saúde Boletim Técnico do Senac - v. 21, n. 1 – 1995. Disponível em: <http://biblioteca.senac.br/fulltext/pdf/2101038045.pdf>. Acesso em Agosto, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO CULTURAL. Quem somos. Porto Alegre: ABIC, 2008. Disponível em: <<http://www.abic.org.br/>>. Acesso em: Agosto, 2014.

BAYMA, Fátima. (org.) Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso: 30/05/2012.

CARVALHO, José Murilo. A construção da cidadania no Brasil. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

CARVALHO, J.S.F. Democratização do ensino. revisitado. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004.

CUCHI, Denye. A noção de cultura nas ciências sociais. 2.ed. Bauru: Edusc, 2002.

DÁMBRÓSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre Educação Matemática. São Paulo: Summus, Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GIARETTA, Maria José. Turismo da juventude. Barueri: Manole, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIMA, A.F. Pré-Escola e Alfabetização. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, R.C.P. et. FERNANDES, M.C.S.G. et GONÇALVES, M.F.C. Gt 04 Didática. Texto da 33ª reunião da Anped, Caxambu, 2006. Acesso: Agosto, 2014..

LIMA, H.C.F.L. Construção da docência: trajetórias de professores de ginástica no ensino superior. PUC – Campinas, 2010. Dissertação

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em perspectiva, 23(1), 3-22, 2005.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.13, pp. 7-47. Disponível em Cache, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000300002. Acesso em Agosto, 2014.

MORIM, Edgar. Sobre a Reforma Universitária. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs.). *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

MOSCA, J. J. y AGUIRRE, L. P. *Direitos Humanos: pautas para uma educação libertadora*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

OYAMA, E. R. A democratização do ensino com Anísio Teixeira versus educação brasileira em tempos de neoliberalismo. Ensaio apresentado como requisito para avaliação junto à disciplina Teoria e Educação II, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. 2006.

PUCCI, BRUNO; Newton Ramos de Oliveira, Antonio Álvares Soares Zuin. *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEBBEN, A. *Intercâmbio cultural: um guia de educação intercultural para ser cidadão do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011.

SILVA Jr. J. dos R.; CARVALHO, C. P. de F. Novas faces da educação superior no Brasil: neopragmatismo institucionalizado. In: *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-38, jun. 2003.

TOMASEVSKI, Katarina, *Right To Education Primers: removing obstacles in the way of the right to education*, Gothenburg, Novum Grafiska AB, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A sociedade pós- industrial e o profissional do turismo*. São Paulo: Papirus, 2003.

UNESCO (United Nations Education Scientific and Cultural Organization.) *Declaração Mundial de Educação para todos*. Jontien – Tailândia, 1990